

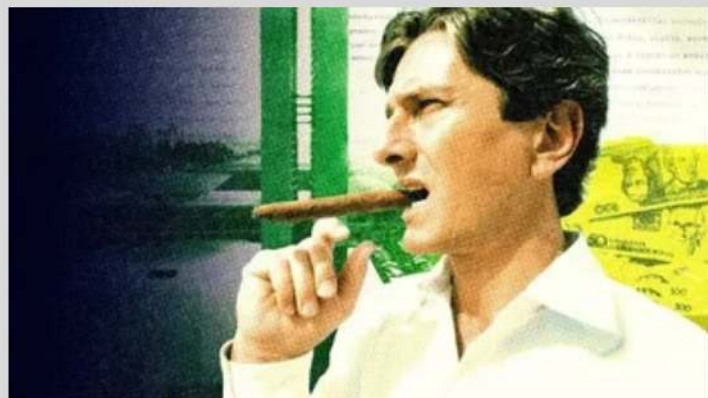


A QUEDA – Estadão aponta esvaziamento da CPMI do INSS e frustra planos de Alfredo Gaspar



SÉRIE

Collor diz a Moraes que desligamento de tornozeleira foi "incidente involuntário"



PRIMEIRA-DAMA

Marina Candia entra no radar político e movimenta bastidores da sucessão em Alagoas



ALERTA

Brasil registra 45,9 mil erros assistenciais em saúde no primeiro semestre de 2025, aponta CNJ



FATOS

Em FOCO

COM WILLAMES DE MELO



MULHER DE LUTA

Uma verdadeira liderança, Cidinha da Transformação é, sem dúvidas, uma mulher de luta em prol do povo maceioense. Em especial, pela população do Benedito Bentes, Cidinha vem transformando vidas e fazendo seu trabalho social chegar, de fato, a quem mais precisa.

RENDA EM CRESCIMENTO

O estado de Alagoas registrou forte crescimento da renda domiciliar per capita entre 2012 e 2024, segundo estudo da Fundação Getúlio Vargas (FGV). O valor passou de aproximadamente R\$ 887 para R\$ 1.317, o que representa um aumento nominal de 48,5% no período.

OPORTUNIDADE DE EMPREGO

Na semana em que Alagoas registra o maior crescimento na geração de empregos formais, a Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Qualificação (Seteq), por meio do Sine Alagoas, oferece 2.228 vagas com carteira assinada em mais de 75 cargos diferentes, nas cidades de Maceió, São Miguel dos Milagres, Maragogi e Porto Calvo.

CURSOS DISPONÍVEIS

A Prefeitura de Maceió, por meio da Secretaria Extraordinária de Juventude e Lazer (SEJL), abriu inscrições para mais de 20 cursos on-line, profissionalizantes e gratuitos, realizados em parceria com o Senai Alagoas. A iniciativa tem como objetivo ampliar o acesso dos jovens maceioenses à qualificação profissional e à inserção no mercado de trabalho.

EXPEDIENTE

Vitor Cansanção
Diretor Geral
MTE 1841/AL

Jornal REDE REPORTER é uma publicação semanal
Endereço para correspondência:

REDACAO@REDEREPORTER.COM.BR
WWW.REDEREPORTER.COM.BR

Os artigos assinados são de responsabilidade dos autores, não representados, necessariamente a opinião deste jornal.



Magnânima festa

"A Economia é a ciência severa da escassez. A política é a utopia alegre da abundância". Na manhã de 13 de agosto de 2025 (DIA DO ECONOMISTA), no majestoso Hotel Best Western Premier, encravado na belíssima Pajuçara, celebrou-se em grande estilo a efeméride tão esperada. Os Professores Marcos Antônio Moreira Calheiros - Presidente do CORECON - AL, Cleydner Marques de Magalhães de Magalhães Maurício - Vice-presidente e José Alex, Presidente do SINDECON-AL, foram os anfitriões da magnânima festa.

A Casa do Economista, instituiu a Comenda Celso Furtado, homenageando os professores: José de Melo Gomes, Carlos Bulhões, Silvio Costa, Dilmir Lopes Camerino, Laurentino Veiga, o Superintendente do BNB, Sidiney Reis, Cláudio Jorge, o empresário Luiz Jardim, bem como outros discípulos de Keynes.

A professora Branca Rosa

Silveira de Mendonça Fragoso, filha do imortal Paulo de Castro Silveira, recipiendária do Título, saudou-a como minha ex-professora da disciplina História do Pensamento Econômico da UFAL. Exaltei suas qualidades, influenciando-me a lecionar Formação Econômica do Brasil no CESMAC.

Compareceram à solenidade: o economista José Paulo Gabriel dos Santos - Presidente da JORGRAF, Ivaldo Pinto, Braga Lyra, os advogados Arnaldo Calheiros e Marquinhos Calheiros. A empresária Cristina Jardim (agraciada com a Comenda Celso Furtado), Simone Craveiro (também agraciada), o jornalista Edmilson Teixeira, da Tribuna Independente, fez excelente cobertura, coroando a Coluna de Elenilson Gomes.

Enfatizo o Conselho Regional de Economia (Cofecon), criado pela Lei n 1.411, de 13 de agosto de 1951, em pleno governo constitucionalista de Getúlio Vargas. Congrega a categoria em todo quadrante nacional.

Fiscaliza a profissão quer na área pública, quer na área privada. Promove o mercado, ajudando a encontrar meios a fim de facilitar a vida dos discípulos de Keynes.

Dir-se-ia que o Economista atua no mundo globalizado. Isto é, na área bancária, no setor produtivo, faz perícia econômica, dentre outras tantas relevantes atribuições. Lecionar Economia é uma delas, no meu caso, atuei como professor por várias décadas no CESMAC. Deve-se ressaltar que se destaca pela performance acadêmica exigida.

O Gerente Geral do Hotel Premier, Manoel Jucá, além de ter sido homenageado com a própria Comenda Celso Furtado, prestou com sua fidalguia excelente ajuda. Marcos Calheiros, por sua vez, fez emocionado discurso agradecendo a presença de todos. Comanda a categoria com o brilhantismo que lhe é peculiar. VIVA A MAGNÂNIMA FESTA!



ALAGOAS - Secult de Alagoas Capacita Gestores Municipais para Aplicação do Novo Marco de Fomento à Cultura

A Secretaria de Estado da Cultura e Economia Criativa (Secult) promoveu, na última quarta-feira, um importante evento de capacitação voltado para gestores e técnicos municipais de cultura em Maceió. O encontro, realizado no auditório da Associação dos Municípios Alagoanos, contou com a participação de representantes de diversas cidades alagoanas e teve como foco o novo Marco Regulatório do Fomento à Cultura. Esta iniciativa reflete o empenho em aprimorar a gestão das políticas culturais no estado.

A capacitação foi ministrada por Wyllyson Santos, superintendente de Economia Criativa, Fomento e Incentivo à Cultura. Ele destacou a importância da

Lei Federal nº 14.903/2024, que organiza os processos de apoio à cultura no Brasil, proporcionando mais transparência e eficiência no uso dos recursos públicos. "O Marco Regulatório oferece clareza e segurança jurídica aos gestores, fortalecendo a gestão cultural em todos os níveis", afirmou Santos.

Mellina Freitas, secretária de Estado da Cultura e Economia Criativa, ressaltou o compromisso do Governo de Alagoas com a qualificação dos gestores. Ela enfatizou que a cultura é um pilar de identidade e desenvolvimento social, e que a preparação dos gestores é crucial para implementar políticas eficazes. A superintendente de Patrimônio e Diversidade Cultural da Secult, Perolina

Lyra, também destacou a importância de alinhar o conhecimento técnico às especificidades culturais de cada município.

Luciana Maria, secretária de Cultura de Ibateguara, elogiou a iniciativa, descrevendo-a como uma oportunidade de aprendizado valiosa, que contribuirá significativamente para a execução das políticas culturais locais.

O evento é parte de uma série de capacitações promovidas pela Secult e visa consolidar o estado como referência nacional na implementação do Marco Regulatório do Fomento à Cultura, reafirmando o compromisso com uma gestão cultural democrática e eficiente.

A QUEDA

Estadão aponta esvaziamento da CPMI do INSS e frustra planos de Alfredo Gaspar

O jornal *O Estado de S. Paulo* decretou o esvaziamento político da CPMI do INSS, presidida pelo deputado federal Alfredo Gaspar (União Brasil-AL). Em análise publicada nesta quinta-feira (7), o periódico afirma que a comissão “não emplacou” porque o escândalo dos descontos ilegais em aposentadorias e pensões envolve governos de diferentes espectros políticos — o que desmobilizou tanto governo quanto oposição.

Segundo o texto, há registros de irregularidades desde 2016, ainda no governo Michel Temer,

que teriam se ampliado durante a gestão de Jair Bolsonaro e só se tornado públicas no atual governo Lula. “Não há apenas um, mas muitos culpados pelos descontos ilegais nas aposentadorias e pensões”, observa o *Estadão*, destacando que governo, oposição e Centrão atuam juntos para conter os danos.

A reportagem aponta que o propósito inicial da CPMI — investigar responsabilidades — foi substituído por uma tentativa de “reduzir prejuízos políticos”. “Em poucos meses, o objetivo da

comissão passou de apurar responsabilidades para reduzir danos”, escreve o jornal, lamentando o enfraquecimento da investigação.

A análise também indica que a CPI do Crime Organizado, recém-criada no Senado, tende a disputar espaço e atenção pública com a CPMI do INSS, reduzindo ainda mais sua relevância política.

Alfredo Gaspar, que tem usado suas redes sociais para divulgar a atuação na comissão, é apontado como um dos parlamentares mais empenhados em transformar o

caso em vitrine nacional. No entanto, com o avanço das apurações revelando a transversalidade das falhas administrativas, o deputado teria perdido o controle da narrativa, frustrando os planos de concentrar a responsabilidade sobre o governo petista.

“O escândalo merecia respostas concretas, mas acabou engolido pela polarização e pelos cálculos partidários”, conclui o *Estadão*, em tom crítico ao resultado da CPMI.

SÉRIE

“Caçador de Marajás” revisita a ascensão meteórica e a queda de Fernando Collor

A trajetória política de Fernando Collor de Mello, do auge ao impeachment, ganha nova leitura em *Caçador de Marajás*, minissérie documental em sete episódios lançada pelo Globoplay. Dirigido por Charly Braun, o trabalho reconstrói a inesperada ascensão do então governador de Alagoas ao Palácio do Planalto e os desdobramentos que culminaram em sua queda, em um dos capítulos mais turbulentos da história recente do Brasil.

A produção se destaca pela abordagem detalhada e pelo uso extenso de imagens de arquivo, reconstituindo o ambiente político e cultural da virada dos

anos 1980 para os 1990. O primeiro episódio apresenta o contexto familiar de Collor e seu início na vida pública, enquanto o segundo destaca o período como prefeito, deputado federal e governador, quando ganhou fama nacional ao combater altos salários no funcionalismo — a origem da alcunha “caçador de marajás”.

O terceiro capítulo é apontado como o mais envolvente da série. Nele, são revisitados os bastidores da eleição presidencial de 1989, a primeira após o regime militar. A narrativa traz de volta os debates, os confrontos entre os candidatos e o episódio decisivo do último debate entre Collor e Lula, exibido pela TV Globo, que influenciou diretamente o resultado do segundo turno.

Entre os entrevistados estão jornalistas, políticos e figuras da cultura que ajudam a reconstruir o clima da época. A presença do ministro Gilmar Mendes, entretanto, causa estranhamento — suas poucas falas não agregam ao contexto histórico e destoam do tom do documentário.

A série também destaca o papel central da imprensa,

especialmente da revista *Veja*, que impulsionou a imagem de Collor e mais tarde revelou os escândalos que levaram à sua destituição. O foco dos episódios finais está no governo em si: o confisco de poupanças de Zélia Cardoso de Mello, as tensões com a primeira-dama Rosane, as denúncias de corrupção e o rompimento com o irmão Pedro Collor, que resultou nas acusações envolvendo o empresário PC Farias.

Embora a produção reconheça iniciativas positivas do governo, como políticas ambientais e projetos educacionais de tempo integral, o tom predominante é o de tragédia política. O título da série, referência ao apelido que alavancou sua carreira, ganha novo significado ao retratar o colapso de uma figura que, após simbolizar a modernidade e a esperança, terminou afastada do poder e, hoje, cumpre prisão domiciliar.

Caçador de Marajás está disponível no Globoplay e é indicado para maiores de 12 anos.

PRIMEIRA-DAMA

Marina Candia entra no radar político e movimenta bastidores da sucessão em Alagoas

Uma pesquisa eleitoral recente do Instituto Falpe colocou a primeira-dama de Maceió, Marina Candia, no centro das discussões políticas em Alagoas. O levantamento mostra que ela aparece em posição competitiva na disputa pelo Senado, dentro da margem de erro, ao lado de nomes consolidados como Renan Calheiros (MDB), Arthur Lira (PP), Alfredo Gaspar (União Brasil) e Davi Davino Filho (PP).

Embora a pesquisa tenha sido realizada em parte dos municípios do

estado, sua divulgação coincidiu com os primeiros indícios de que o prefeito João Henrique Caldas (PL), marido de Marina, pode disputar o governo de Alagoas em 2026. A presença da primeira-dama nas sondagens é interpretada nos bastidores como um movimento político articulado, com o objetivo de demonstrar força e expandir o campo de influência do grupo liderado por JHC.

De acordo com analistas ouvidos pelo jornalista Voney Malta, a estratégia teria duplo efeito: reforçar o

protagonismo de JHC nas negociações com partidos aliados e sinalizar que o bloco político do prefeito dispõe de nomes competitivos para disputar vagas majoritárias.

Outra leitura possível é que a aparição de Marina nas pesquisas representa um recado ao ministro dos Transportes, Renan Filho (MDB). A eventual candidatura de JHC ao governo em 2026 poderia alterar o equilíbrio político estadual e impactar diretamente os planos de reeleição do grupo dos Calheiros.

Com boa visibilidade junto ao eleitorado de Maceió e presença ativa em ações sociais da Prefeitura, Marina Candia surge como um novo ativo político no projeto de fortalecimento do PL em Alagoas. A movimentação antecipa um cenário de disputas intensas nas eleições de 2026, com rearranjos entre as principais lideranças do estado.

PRÉ-CAMPANHA

Renan Filho acelera entregas e prepara saída do Ministério para disputar o governo de Alagoas

O ministro dos Transportes, Renan Filho (MDB-AL), iniciou discretamente o movimento de transição que deve culminar com sua saída do governo federal para disputar o governo de Alagoas nas eleições de 2026. Desde terça-feira (4), ele está na estrada com a chamada **Rota COP30**, uma viagem de caminhão entre Brasília e Belém (PA), que combina compromissos oficiais, vistorias e inaugurações de obras federais. A jornada deve se encerrar neste sábado (8), na capital paraense, durante a conferência ambiental das Nações Unidas.

Mais do que uma agenda institucional, a viagem simboliza o início de uma nova fase na trajetória do ministro: a de intensificar entregas e ganhar visibilidade nacional antes de

deixar o cargo — o que deve ocorrer entre o final de março e o início de abril do próximo ano.

Durante o trajeto, Renan tem aproveitado para apresentar o projeto **“Corredores Azuis”**, voltado à descarbonização do transporte de cargas, que será destaque na COP30. Após o evento, o ministro deve percorrer outros estados, vistoriando obras e acelerando cronogramas de entregas de pontes, rodovias e duplicações sob responsabilidade do Ministério dos Transportes.

Estratégia de despedida e foco em Alagoas

A movimentação é vista como parte de uma estratégia para deixar o cargo com um balanço robusto de realizações, reforçando sua imagem de gestor técnico e eficiente. Em Alagoas, Renan Filho deve intensificar a presença nos fins de semana, conciliando o cargo ministerial com a pré-campanha. As principais obras do Estado sob sua supervisão — como a duplicação da BR-101, o Arco Metropolitano de Maceió, a ponte de Penedo e a recuperação de rodovias federais — devem ocupar o centro da sua narrativa política.

A partir de janeiro de 2026, a agenda deve assumir um tom mais político, com visitas a municípios do interior e

encontros com lideranças regionais. Aliados acreditam que Renan tentará repetir o desempenho eleitoral de 2014 e 2018, quando conquistou o governo de Alagoas no primeiro turno.

Leilão e investimentos em destaque

Mesmo em viagem pela Rota COP30, o ministro acompanhou remotamente o **leilão da Rota Sertaneja**, realizado na quinta-feira (6), na Bolsa de Valores (B3), em São Paulo. O projeto prevê R\$ 10,4 bilhões em investimentos e a concessão de 530 quilômetros das BRs 363 e 262/MG, arrematada pela Way Concessões S.A, com desconto de 24,8% na tarifa de pedágio.

“Esses mais de R\$ 10 bilhões são muito importantes para um dos trechos mais movimentados do país. Mesmo da estrada, fiz questão de acompanhar, porque essa é uma vitória para o transporte rodoviário brasileiro”, afirmou Renan Filho, em vídeo gravado de Araguaína (TO).

O secretário-executivo do Ministério, George Santoro, celebrou o avanço do programa de concessões rodoviárias. “Já são 10 mil quilômetros administrados pelo setor privado, e a meta é chegar a 35 mil até o fim do ano que vem”, destacou.

ALERTA

Brasil registra 45,9 mil erros assistenciais em saúde no primeiro semestre de 2025, aponta CNJ

Entre janeiro e junho de 2025, o Brasil registrou 45,9 mil novos casos de erros assistenciais em saúde, segundo dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). O número acende um alerta sobre a necessidade de aprimorar protocolos e qualificar serviços, especialmente em áreas sensíveis como o diagnóstico por imagem.

De acordo com Gilvane Lolato, gerente-geral de Operações da Organização Nacional de Acreditação (ONA), a certificação de qualidade é uma das ferramentas mais eficazes para reduzir falhas e aumentar a segurança do paciente. "A acreditação garante que cada etapa do cuidado, do agendamento à entrega do resultado, siga normas técnicas, com profissionais capacitados e equipamentos calibrados. Isso traz mais segurança e confiança", afirma.

Erros mais comuns em exames

No caso da mamografia, os equívocos mais frequentes envolvem compressão insuficiente e posicionamento incorreto.

importantes da mama. A densidade mamária elevada, especialmente em mulheres jovens, também é um fator de risco, pois pode mascarar tumores. "Nódulos fibrocísticos e calcificações benignas podem ser confundidos com câncer, gerando diagnósticos equivocados", explica Gilvane.

Na ultrassonografia, os erros geralmente ocorrem pela confusão entre cistos e nódulos sólidos. "Esse exame depende muito da experiência do profissional. Lesões pequenas podem passar despercebidas, atrasando o diagnóstico e colocando a vida do paciente em risco", completa.

Já na ressonância magnética das mamas, cuidados devem começar antes da realização do exame. O ideal é que o procedimento ocorra fora do período menstrual, já que alterações hormonais podem gerar falsos positivos. "Na marcação, o profissional deve questionar sobre o ciclo menstrual e reforçar a

permanecer imóvel durante o exame para garantir a qualidade das imagens", recomenda.

Na etapa seguinte, a das biópsias e análises patológicas, os erros de correlação entre exames clínicos e laboratoriais também são recorrentes. "Mesmo com um laudo benigno, se a imagem for suspeita, o caso deve ser reavaliado. Já vimos trocas de lâminas e falhas de identificação de amostras — situações que comprometem totalmente o diagnóstico", adverte.

Fadiga e excesso de exames agravam o problema

Entre os fatores que mais contribuem para erros estão a fadiga dos profissionais, o alto volume de atendimentos, a falta de dupla checagem em casos complexos e a ausência de auditorias de qualidade. Gilvane alerta ainda para a prática de realizar exames em massa com foco apenas em reduzir filas. "De nada adianta zerar filas se o resultado é um laudo impreciso. Um exame malfeito pode custar o

tempo é o maior aliado contra o câncer."

Orientações aos pacientes

A ONA recomenda que, sempre que possível, o paciente escolha instituições acreditadas ou reconhecidas pela qualidade. Também é importante apresentar exames anteriores, confirmar os dados pessoais antes de cada procedimento e buscar uma segunda opinião em caso de dúvida. "Essas pequenas ações fazem parte da segurança do paciente", reforça Gilvane.

Inteligência artificial como aliada

A tecnologia tem se tornado uma ferramenta importante no combate a erros diagnósticos. Segundo Gilvane, a inteligência artificial vem auxiliando médicos e técnicos na leitura de imagens. "Os softwares de apoio à detecção ajudam a reduzir falhas de interpretação, diminuem retrabalho e aumentam a precisão dos resultados", conclui.

SAÚDE

Alagoas tem apenas dois serviços de cuidados paliativos, entre 234 existentes no país – com Jornal Rede Repórter

Alagoas figura entre os estados brasileiros com menor oferta de cuidados paliativos. De acordo com o Atlas dos Cuidados Paliativos do Brasil (edição 2022, publicada em 2024 pela Academia Nacional de Cuidados Paliativos – ANCP), o estado conta com apenas dois serviços em funcionamento, de um total de 234 existentes em todo o país. O dado revela um grave desequilíbrio na distribuição regional desse tipo de assistência essencial à saúde.

Os cuidados paliativos têm como objetivo garantir qualidade de vida e dignidade a pacientes com doenças graves, crônicas ou ameaçadoras à vida, em todas as faixas etárias — desde o período perinatal até a velhice. Apesar de muitas vezes associados a pacientes terminais, esses cuidados abrangem também pessoas em tratamento de câncer, doenças cardiovasculares, renais, hepáticas, neurológicas e outras condições de longo prazo.

De acordo com o Ministério da Saúde, cerca de 625 mil brasileiros necessitam atualmente desse tipo de atendimento. No entanto, apenas uma

efetivo, concentrada em grandes centros urbanos e capitais do Sudeste.

Situação nacional e política pública

A maior parte dos serviços brasileiros (52,6%) está vinculada exclusivamente ao Sistema Único de Saúde (SUS), enquanto 15,4% atuam de forma mista e 32% funcionam apenas na rede privada. A desigualdade regional é evidente: o Sudeste concentra 41,8% dos serviços, o Nordeste 25,7%, o Sul 17,1%, o Centro-Oeste 12% e o Norte apenas 3,4%.

Para tentar reduzir essas disparidades, o Ministério da Saúde lançou, em 2024, a Política Nacional de Cuidados Paliativos, com investimento anual de R\$ 887 milhões e a meta de criar 1.321 equipes especializadas até 2026. A medida prevê a implantação de Equipes Matriciais e Assistenciais de Cuidados Paliativos em todas as macrorregiões do país, com apoio da tele saúde e formação multiprofissional.

As primeiras equipes começaram a ser habilitadas em setembro de 2025, em quatro cidades: Pelotas (RS), Curitiba (PR), Araguaína (TO) e Blumenau (SC). Nenhum município de Alagoas foi incluído nesta etapa inicial.

Desafios em Alagoas

A ausência de uma estrutura consolidada impede que pacientes alagoanos com doenças graves recebam assistência contínua e humanizada. O estado ainda carece de políticas locais que integrem hospitais, unidades de atenção básica e profissionais especializados em cuidados paliativos.

Segundo o médico e doutor em cuidados paliativos Douglas Crispim, membro da Organização Nacional de Acreditação (ONA), o desafio não é apenas ampliar a oferta de serviços, mas garantir qualidade e equipe completa:

“É necessária uma estrutura multiprofissional, com protocolos bem definidos e acesso igualitário na rede pública e privada. O sofrimento social e econômico também precisa ser considerado, pois ele se soma ao sofrimento em saúde”, afirma.

Desigualdade e qualificação

No Brasil, a maioria dos coordenadores de serviços paliativos é formada por médicos (87,1%), seguidos por enfermeiros (6,8%) e profissionais de áreas como psicologia, fisioterapia, serviço social e odontologia.

Essa predominância médica reflete a escassez de formação específica em outras categorias, o que compromete a integralidade da assistência.

Mesmo com avanços — como o reconhecimento da especialidade em enfermagem e a inclusão obrigatória do tema nos cursos de medicina —, especialistas afirmam que a capacitação ainda é insuficiente.

Perspectivas

Com a nova política nacional, o Ministério da Saúde pretende ampliar o alcance dos cuidados paliativos e reduzir as desigualdades regionais. Porém, segundo especialistas, estados como Alagoas ainda dependem de investimentos locais e da formação de equipes próprias para que o direito à dignidade e ao conforto de pacientes graves seja efetivamente garantido.

Enquanto isso, o contraste permanece: São Paulo e o Distrito Federal contam com estruturas de referência e ensino, enquanto Alagoas ainda tenta dar os primeiros passos para incluir os cuidados paliativos de forma sistemática na rede pública de saúde.

BRASÍLIA

Projeto de Rafael Brito que garante licença a trabalhador para acompanhar cônjuge com câncer avança na Câmara



A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) da Câmara dos Deputados aprovou, nesta quinta-feira (6), o parecer favorável do deputado federal Rafael Brito (MDB-AL) ao Projeto de Lei nº 2.558/2024, que concede ao trabalhador o direito de se ausentar do emprego, sem prejuízo do salário, para acompanhar o cônjuge ou companheiro diagnosticado com câncer durante sessões de quimioterapia ou radioterapia.

O projeto, de autoria do deputado Acácio Faracho (MDB-AP), propõe a inclusão do inciso XIII no artigo 473 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), reconhecendo o papel essencial do apoio familiar no enfrentamento do câncer. Rafael Brito foi o relator da matéria tanto na Comissão de Trabalho quanto na CCJC, onde destacou o impacto humano e social da medida.

“O tratamento oncológico é extremamente delicado e exige não apenas cuidados médicos,

mas também amparo emocional. Garantir que o trabalhador possa acompanhar o cônjuge ou companheiro, sem prejuízo salarial, é uma forma de o Estado reconhecer a importância do vínculo familiar nos momentos mais difíceis”, afirmou o parlamentar alagoano.

Em seu relatório, Brito ressaltou que a proposta está em consonância com os direitos fundamentais à saúde e à proteção da família, previstos na Constituição

Federal. Para ele, a aprovação representa um avanço na consolidação de uma política de atenção integral às famílias afetadas pelo câncer.

Com a aprovação na CCJC, a proposta segue agora para análise do Senado Federal. Se aprovada sem modificações, poderá ser encaminhada à sanção presidencial e incorporada à legislação trabalhista brasileira.

SERVIÇO

Ministério da Saúde lança em Santana do Ipanema carreta de exames de imagem do programa Agora Tem Especialistas



O município de Santana do Ipanema recebe, neste sábado (8), às 10h, a carreta de exames de imagem do programa Agora Tem Especialistas, iniciativa do Ministério da Saúde que busca ampliar o acesso da população a exames e consultas especializadas pelo

Sistema Único de Saúde (SUS).

A cerimônia de lançamento será realizada no estacionamento da Unidade Educacional de Santana do Ipanema, que integra o Campus do Sertão da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), com a presença da diretora adjunta do programa, Ana Luisa Guimarães, e do superintendente do Ministério da Saúde em Alagoas, Carlos Casado.

A unidade móvel oferecerá exames de

tomografia computadorizada para pacientes previamente agendados pelo município, com o objetivo de reduzir o tempo de espera por consultas, exames e cirurgias.

Esta é a segunda carreta de exames de imagem entregue no país e faz parte de um conjunto de 30 unidades móveis já distribuídas em todas as regiões do Brasil, levando serviços de diagnóstico e atenção especializada a locais com maior dificuldade de acesso.

SEGURANÇA

Projeto obriga escolas de Maceió a exigir certidão negativa de antecedentes criminais de funcionários

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final (CCJR) da Câmara Municipal de Maceió emitiu parecer favorável, nesta sexta-feira (7), ao Projeto de Lei nº 466/2025, de autoria do vereador Galba Neto, que torna obrigatória a apresentação de certidão negativa de antecedentes criminais — estadual, federal e das polícias Civil e Federal — para profissionais, colaboradores, prestadores de serviço e voluntários

que atuem em estabelecimentos de ensino públicos e privados.

O parecer, relatado pela vereadora Olívia Tenório, aponta que a medida é constitucional e legítima, reforçando a necessidade de garantir a proteção integral de crianças e adolescentes nos ambientes escolares.

Segundo a relatora, a proposta está alinhada à Lei Federal nº 14.811/2024, que institui medidas de prevenção e combate à violência em

estabelecimentos educacionais, além de atender ao princípio constitucional do artigo 227 da Constituição, que impõe à família, à sociedade e ao Estado o dever de assegurar a integridade física e moral de crianças e adolescentes.

“O projeto tem o mérito de reforçar a segurança escolar e preservar o ambiente de ensino como espaço de confiança e respeito. A exigência de certidões é uma forma preventiva de

resguardar os alunos e garantir maior controle sobre quem exerce funções nas unidades educacionais”, destacou Olívia Tenório no parecer.

O texto recebeu votos favoráveis dos vereadores Silvanía Barbosa, Thiago Prado, Cal Moreira, Siderlane Mendonça e Aldo Loureiro. Com o parecer aprovado, a proposta segue para análise nas próximas comissões antes de ser encaminhada ao plenário para votação final.

CAMARA DOS DEPUTADOS

Câmara aprova proposta que transfere aos bombeiros a responsabilidade por normas de instalação de pontos de recarga de veículos elétricos e uso de produtos inflamáveis

No dia 6 de novembro de 2025, a Comissão de Desenvolvimento Urbano da Câmara dos Deputados aprovou uma proposta inovadora que foca na segurança e na regulamentação do aumento do uso de veículos elétricos no Brasil. O texto, que é um substitutivo apresentado pelo deputado Eli Borges, atribui aos corpos de bombeiros estaduais e do Distrito Federal a responsabilidade de criar normas para a instalação de pontos de recarga para esses veículos. Essa medida visa não apenas integrar os avanços tecnológicos no transporte urbano, mas também garantir que a segurança contra incêndios

seja mantida nas novas infraestruturas.

Além disso, o projeto prevê que os corpos de bombeiros desenvolvam regras específicas sobre o uso de produtos químicos inflamáveis, combustíveis e controlados que possam ser utilizados em processos de impermeabilização ou blindagem de bens, como os estofados nas residências. Essas diretrizes devem ser incluídas nas normas da corporação responsável pela segurança contra incêndios, integrando-se assim à Lei Orgânica dos Corpos de Bombeiros.

O substitutivo é uma modificação do Projeto de Lei 3406/24, de autoria do deputado Alberto Fraga, que inicialmente atribuía aos municípios a responsabilidade por essas regulamentações, alterando a conhecida Lei Kiss, que aborda diretrizes sobre prevenção de incêndios e desastres em estabelecimentos. No entanto, a versão aprovada pela comissão não faz mudanças nessa lei, mas sim

explica a necessidade de incluir questões emergentes no regulamento de segurança.

Eli Borges justificou a importância dessa legislação, explicando que os bombeiros já estavam desenvolvendo regulamentos pertinentes à segurança em edifícios. Ele destacou a necessidade de atualizações para abordar aspectos como a instalação de pontos de recarga e o uso de produtos inflamáveis em lares. Borges também afirmou que a Lei Kiss não se aplica a residências, o que torna a inclusão desses temas na Lei Orgânica Nacional dos Corpos de Bombeiros uma necessidade urgente.

A proposta agora seguirá para a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania para análise em caráter conclusivo. Para se tornar lei, a iniciativa ainda precisa passar pela aprovação dos deputados e senadores, o que reforça a importância da colaboração institucional em questões de segurança pública e inovação.

RIXA SEM FIM

Autoescolas recorrem a Arthur Lira contra proposta de Renan Filho que acaba com aulas obrigatórias para tirar CNH

Representantes de autoescolas procuraram o ex-presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), para pedir apoio contra o fim das aulas obrigatórias para obtenção da Carteira Nacional de Habilitação (CNH). A medida foi sugerida pelo ministro dos Transportes, Renan Filho (MDB-AL), e vem provocando forte reação do setor em todo o país.

De acordo com a Associação Brasileira das Autoescolas e Centros de Formação de Condutores (Abrauto), mais de

80% dos estabelecimentos já relatam queda expressiva no faturamento desde que a proposta começou a ser debatida publicamente.

A reunião ocorreu em Brasília e foi interpretada como mais um capítulo da disputa política entre os dois principais líderes de Alagoas: Renan Filho, que comanda a pasta dos Transportes no governo Lula, e Arthur Lira, que tenta recuperar protagonismo após deixar a presidência da Câmara.

A Abrauto argumenta que o fim das aulas obrigatórias — teóricas e práticas — representaria risco à segurança no trânsito e agravaria a precarização do ensino de direção. Para o setor, a proposta desvaloriza a formação técnica dos condutores e pode aumentar o número de acidentes.

O Ministério dos Transportes, por sua vez, defende que o objetivo da mudança é simplificar e baratear o processo de habilitação, reduzindo custos para os cidadãos e burocracia nas

etapas do exame. O tema, no entanto, ganhou contornos políticos, já que Lira vem se posicionando publicamente como contraponto a Renan Filho em pautas de impacto popular, como transporte e mobilidade.

Com a mobilização das autoescolas e o apoio de Lira, a proposta deverá enfrentar resistência no Congresso caso avance como projeto de lei ou decreto regulamentar.

MUDANÇAS

Governo regulamenta atuação de instrutores autônomos para aulas práticas e abre caminho para CNH sem autoescola

O governo federal divulgou nesta semana as novas regras que permitem a atuação de instrutores autônomos — profissionais sem vínculo com autoescolas — na formação de candidatos à Carteira Nacional de Habilitação (CNH). A medida, proposta pelo Ministério dos Transportes, vale tanto para as categorias de carros quanto de motocicletas e representa um passo importante para flexibilizar o processo de obtenção da habilitação no país.

O objetivo é reduzir os custos da CNH e ampliar o acesso à formação de condutores. O ministro Renan Filho já havia afirmado, em

entrevista à GloboNews, que o governo estuda a possibilidade de eliminar a obrigatoriedade do curso em autoescolas, mantendo, no entanto, as exigências de exames teóricos e práticos.

De acordo com as novas regras, o instrutor autônomo deve ter no mínimo 21 anos, possuir ensino médio completo, licença para dirigir há pelo menos dois anos e não ter cometido infrações gravíssimas nos últimos 60 dias, nem ter sofrido cassação da CNH. Também será necessário realizar um curso de formação específica em pedagogia, legislação de trânsito e direção defensiva, com certificação emitida pela Secretaria Nacional de Trânsito (Senatran).

Os veículos utilizados nas aulas devem atender aos padrões de segurança do Código de Trânsito Brasileiro (CTB). No caso das motos, é exigido que tenham até oito anos de fabricação; já os carros, até doze anos; e os veículos de carga, até vinte anos. Todos devem estar identificados como veículos de instrução e devidamente registrados no

Detran e no Ministério dos Transportes.

Durante as aulas práticas, o instrutor deverá portar documentos como CNH, credencial de instrutor, licença de aprendizagem veicular e certificado de registro do veículo. Ele também será responsável por registrar e validar a presença do aluno, estando sujeito à fiscalização dos órgãos de trânsito, que poderão realizar inspeções a qualquer momento.

O projeto que altera o modelo de formação de condutores segue em consulta pública até 2 de novembro, e as contribuições da sociedade poderão influenciar o texto final da regulamentação.

A proposta aproxima o Brasil de modelos já adotados em países como Estados Unidos, Canadá, Japão e Argentina, onde as aulas com instrutores independentes são permitidas e a frequência em autoescolas não é obrigatória. Em todos esses casos, porém, o candidato ainda precisa comprovar sua aptidão em exames teóricos e práticos antes de obter a licença definitiva para dirigir.

DINHEIRO

Renda dos alagoanos cresce 48,5% e lidera ranking do Nordeste, aponta estudo da FGV

Alagoas registrou o maior crescimento de renda domiciliar per capita do Nordeste nos últimos doze anos, de acordo com levantamento divulgado nesta quinta-feira (6) pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). O estudo revela que o rendimento médio do estado saltou de R\$ 887 em 2012 para R\$ 1.317 em 2024 — um aumento de 48,5%, o mais expressivo da região.

O desempenho alagoano superou o do Rio Grande do Norte (46,5%), Piauí (44,7%) e Maranhão (42,8%). Em média, o Nordeste teve crescimento de

26,7% no período. A pesquisa, intitulada “Evolução da renda, desigualdade e pobreza nos Estados do Nordeste”, utilizou como base os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O documento destaca que o avanço contribuiu para a redução das disparidades econômicas e sociais na região, embora os estados nordestinos ainda apresentem renda inferior à média nacional.

Avanço recente

Entre 2022 e 2024 — período correspondente ao governo Paulo Dantas (MDB) —, o rendimento médio per capita da população de Alagoas cresceu 31,7%, o segundo maior avanço do Nordeste, ficando atrás apenas de Pernambuco, que teve alta de 32,2%.

Nesse intervalo, a renda média do alagoano passou de R\$ 1 mil para R\$ 1.317, um incremento nominal de R\$ 317. O estudo atribui o resultado à combinação entre políticas públicas de

transferência de renda, expansão do mercado de trabalho e melhor execução administrativa nos estados mais vulneráveis.

Segundo a FGV, “a queda da pobreza e da extrema pobreza no Nordeste entre 2022 e 2024 decorre da convergência entre políticas públicas robustas, recuperação do emprego e maior cobertura de programas sociais, sobretudo em unidades da federação onde a gestão foi mais eficaz e a vulnerabilidade inicial era mais acentuada”.

ALAGOAS

Secult de Alagoas Capacita Gestores Municipais para Aplicação do Novo Marco de Fomento à Cultura

A Secretaria de Estado da Cultura e Economia Criativa (Secult) promoveu, na última quarta-feira, um importante evento de capacitação voltado para gestores e técnicos municipais de cultura em Maceió. O encontro, realizado no auditório da Associação dos Municípios Alagoanos, contou com a participação de representantes de diversas cidades alagoanas e teve como foco o novo Marco Regulatório do Fomento à Cultura. Esta iniciativa reflete o empenho em

aprimorar a gestão das políticas culturais no estado.

A capacitação foi ministrada por Wyllyson Santos, superintendente de Economia Criativa, Fomento e Incentivo à Cultura. Ele destacou a importância da Lei Federal nº 14.903/2024, que organiza os processos de apoio à cultura no Brasil, proporcionando mais transparência e eficiência no uso dos recursos públicos. “O Marco Regulatório oferece clareza e segurança jurídica aos gestores, fortalecendo a gestão cultural em todos os níveis”, afirmou Santos.

Mellina Freitas, secretária de Estado da Cultura e Economia Criativa, ressaltou o compromisso do Governo de Alagoas com a qualificação dos gestores. Ela enfatizou que a cultura é um pilar de identidade e desenvolvimento social, e que a preparação dos

gestores é crucial para implementar políticas eficazes. A superintendente de Patrimônio e Diversidade Cultural da Secult, Perolina Lyra, também destacou a importância de alinhar o conhecimento técnico às especificidades culturais de cada município.

Luciana Maria, secretária de Cultura de Ibateguara, elogiou a iniciativa, descrevendo-a como uma oportunidade de aprendizado valiosa, que contribuirá significativamente para a execução das políticas culturais locais.

O evento é parte de uma série de capacitações promovidas pela Secult e visa consolidar o estado como referência nacional na implementação do Marco Regulatório do Fomento à Cultura, reafirmando o compromisso com uma gestão cultural democrática e eficiente.

MEIO AMBIENTE

Brasil Defende Energia Limpa na COP30, Mas Contradiz Posição com Exploração de Petróleo na Margem Equatorial

Paradoxo Brasil: país preza por energia limpa, mas contribui com aquecimento exportando petróleo

COP30 | BELÉM

No segundo dia da Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP30), realizada em Belém, Pará, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva enfatizou a necessidade urgente de abandonar o modelo de desenvolvimento baseado em combustíveis fósseis. Durante sua fala, Lula destacou que “a Terra não suporta mais o uso intensivo de tais combustíveis”, convidando líderes internacionais a unirem esforços na transição para uma matriz energética mais sustentável. No entanto, essa postura revelou um contraste notável: enquanto Lula promove a diminuição na utilização de combustíveis fósseis, ele também apoia a exploração de petróleo

na Margem Equatorial, uma área conhecida por sua biodiversidade, o que levanta questionamentos sobre a coerência de sua posição ambiental.

Especialistas em meio ambiente analisam essa dicotomia. Embora o Brasil mantenha uma pegada de carbono relativamente baixa em comparação a outras grandes economias, a prática de extrair e exportar petróleo continua a contribuir para o aquecimento global. Para financiar ações de mitigação climática, é crucial que recursos gerados por essas atividades sejam revertidos em favor do desenvolvimento sustentável.

Ronaldo Serôa da Motta, professor de economia ambiental, sugere que,

embora o Brasil possua imensos recursos naturais que permitem uma matriz energética diversificada – com destaque para hidrelétricas e biocombustíveis – a crescente exploração petrolífera poderia criar um paradoxo global. O petróleo vendido para o exterior transfere a responsabilidade pela emissão de carbono para os países que o consomem, complicando a luta global contra as mudanças climáticas.

Por outro lado, Leandro Andrei, coordenador do Núcleo de Estudos Geográficos da UERJ, propõe que os lucros gerados pela exploração de petróleo sejam utilizados para investimentos em energia renovável e na

preservação da Amazônia. Essa estratégia poderia transformar o petróleo em uma ponte para uma transição energética mais eficaz, caso acompanhada de políticas públicas estruturadas e um Estado forte.

Enquanto Lula convocou a comunidade internacional a decidir entre um futuro de desastres climáticos ou uma reconstrução inteligente, especialistas alertam sobre a complexidade das questões climáticas, que não podem ser dissociadas dos contextos sociais e econômicos. A crise climática exige soluções integradas que considerem as desigualdades enfrentadas por diferentes países e regiões.

MEIO AMBIENTE

Alagoas vai à COP30 com foco na transformação ecológica e parcerias estratégicas



Às vésperas da 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP30), que será realizada em Belém (PA), a partir de segunda-feira (10), o Governo de Alagoas intensifica sua preparação sob a coordenação da Secretaria de Estado de Relações Federativas e Internacionais (Serfi).

A pasta, liderada pelo secretário Júlio Cezar, tem desempenhado papel central na articulação de projetos e estratégias que colocam o Estado em sintonia com a agenda global de sustentabilidade e descarbonização.

Entre as principais ações está o desenvolvimento do Plano

Brasil Nordeste de Transformação Ecológica (PTE-NE), iniciativa construída em parceria com o Consórcio Nordeste.

Em Alagoas, a Serfi liderou o processo de elaboração do plano, reunindo órgãos estaduais como a Secretaria de Estado de Governança Corporativa (Governança), a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos (Semarh), o Instituto do Meio Ambiente de Alagoas (IMA), o Gabinete Civil do Governo do Estado, a Secretaria de Estado do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Sedics), a Secretaria de Estado da Agricultura e Pecuária (Seagri) e a Secretaria de Estado da Infraestrutura (Seinfra).

O trabalho resultou em 12 projetos sustentáveis, que vão de ações de mitigação das mudanças climáticas a soluções de incentivo à economia verde — todos incluídos no documento que será lançado pelos governadores do Nordeste durante a COP30.

“Alagoas está trilhando um caminho sólido rumo à economia verde. A Serfi tem sido o elo entre o Governo do Estado, os

parceiros nacionais e internacionais, e as instituições financeiras que acreditam no potencial transformador do Nordeste. Nossa missão é mostrar, na COP30, que Alagoas não apenas acompanha o debate global sobre sustentabilidade — mas é parte ativa da solução”, destacou o secretário de Estado Júlio Cezar.

A Secretaria também é responsável pela coordenação das agendas estratégicas do Governo de Alagoas na conferência, articulando reuniões com bancos multilaterais de desenvolvimento, coalizões de entes subnacionais e instituições estrangeiras. Essas parcerias visam viabilizar cooperação técnica e financiamento de projetos voltados à transição ecológica.

Outro eixo de atuação da Serfi é o suporte logístico e burocrático para a participação do Estado na COP30, assegurando que toda a representação alagoana — técnica e política — tenha plena estrutura para dialogar, apresentar resultados e buscar novas oportunidades.

**"CAPACETE?
É AQUI PERTINHO"**

SEMANA NACIONAL
DE TRÂNSITO

**O TRÂNSITO
NÃO ACEITA
DESCULPAS**

**USE O CAPACETE
CORRETAMENTE**

